



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

São Paulo, de junho de 2014

CC-ATL nº 264/2014

Senhor 1º Secretário

Tendo em vista o disposto no artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado, venho transmitir a essa ilustre Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência, manifestação a respeito da matéria relativa ao Requerimento de Informação nº 153/2014, do Deputado Luiz Cláudio Marcolino.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Edson Aparecido dos Santos
SECRETÁRIO - CHEFE DA CASA CIVIL

A Sua Excelência o Senhor Deputado Enio Tatto, 1º Secretário da Egrégia Mesa da Assembleia Legislativa do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação
Gabinete do Secretário

Referência: Requerimento de Informação nº 153/14

Senhor Secretário

Trata o presente do Requerimento de Informação nº 153/14, de autoria do n. Deputado Estadual Luiz Cláudio Marcolino, solicitando esclarecimentos do Senhor Reitor da Universidade de São Paulo – USP a respeito das informações abaixo elencadas, justificando ser necessário para sanar dúvidas resultantes de informações apresentadas ao Conselho Universitário, referente às despesas e receitas da Universidade no período de 2009 e 2013.

Assim sendo, foi esta Pasta instada a se manifestar, motivo pelo qual procedeu à oitiva da USP, que se manifestou na seguinte conformidade: quanto às informações abaixo:

1. Por que a variação de 4504,6% no vale refeição da USP entre 2009 e 2013 passando de 3milhoes para 125 milhões?

O vale-refeição era oferecido apenas aos servidores lotados em Unidades que não dispunham de restaurante universitário, como a Faculdade de Direito. Os demais servidores (docentes e técnicos administrativos) se utilizavam dos restaurantes universitários, que atendiam, também, aos alunos, com refeições subsidiadas pela Universidade. Para que os restaurantes pudessem melhor servir os alunos, foi estendido o vale-refeição aos servidores e docentes, em razão de sua carga horária.

2. Por que a variação de -66,8% nos precatórios entre 2009 e 2013 passando de 18 milhões para 6 milhões?

Porque o montante de condenações judiciais caiu 66,8%. Deve-se salientar que a USP está em dia relativamente ao pagamento de precatórios.

3. Houveram pagamentos administrativos decorrentes de decisões judiciais, fugindo assim do pagamento mediante 'precatórios' nesses últimos 5 anos?

Houve um acordo extrajudicial, homologado em juízo, em que a USP recebeu um desconto na taxa de juros devidos. Em razão da economicidade da medida, foi autorizado o pagamento independentemente da emissão do precatório



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação
Gabinete do Secretário

correspondente. No entanto, tal medida não prejudicou outros credores, pois, como salientado, não há fila de precatórios.

4. Quais são as diretrizes orçamentárias da USP da qual se direciona todo o orçamento? Qual a norma interna que regula as 'diretrizes'?

As diretrizes orçamentárias da USP são aprovadas anualmente pelo Conselho Universitário, por proposta da Comissão de Orçamento e Patrimônio, ouvidas as Unidades, nos termos do Estatuto da USP (art. 22, I).

5. Qual é o órgão de 'planejamento' da USP e qual a sua composição e responsabilidades?

Nos termos do art. 16 do Estatuto, as funções de planejamento são de incumbência do Conselho Universitário, composto pelos membros indicados no art. 15 do Estatuto.

6. O percentual de despesas da USP em relação aos repasses do Tesouro em 2013 houve o gasto de 100% para despesas com pessoal, 15% e 8%, respectivamente para outros custeio e investimentos, somando 23% acima dos 100% repassados pelo Tesouro e gastos com Pessoal. Esses 23% vieram de orçamento próprio? Onde há esses dados com maior detalhamento?

Os dados podem ser encontrados em www.usp.br/codage/?q=node/5 (tabela de Evolução das Receitas e Despesas).

7. As reservas foram utilizadas em - 1.006.650.116 em 2013. Quanto foi utilizado da reserva nos outros anos e quanto há ainda disponível?

Em 2012, foram utilizados R\$ 572 milhões das reservas. Essas informações também estão detalhadas no site www.usp.br/codage/?q=node/5. Em 09/06/2014, havia R\$ 2,3 bilhões disponíveis.

8. A USP paga, com as transferências correntes, os aposentados?

Os aposentados pertencentes ao Regime Autárquico e que contribuíram para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) são pagos pela Universidade. Os aposentados de Regime Celetista e que contribuíram para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) são pagos pelo INSS.

9. Como a ALESP pode ter acesso a folha de pagamento de ativos e inativos da USP?

Os dados são fornecidos mensalmente para a PRODESP.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação
Gabinete do Secretário

10. O pessoal inativo acumula benefícios - vale refeição e alimentação - iguais ao pessoal da ativa?

Os docentes inscritos no Programa de "Professor Sênior", pelo qual o professor aposentado continua exercendo atividades acadêmicas voluntárias junto à USP, recebem o vale alimentação.

11. Não há um desvio de finalidade e uma inconstitucionalidade no pagamento de benefícios de aposentadoria com recursos destinados à manutenção do ensino, pesquisa e extensão?

Os inativos têm direito constitucional aos proventos de aposentadoria.

12. A USP aplica a regra da aposentadoria compulsória aos 70 anos?

Sim, tanto para autárquicos quanto para celetistas.

13. Existem professores aposentados ocupando cargos de direção da Universidade? Em quais cargos?

Sim. Na Chefia de Gabinete, na Ouvidoria Geral, na Vice-Diretoria da Escola de Educação Física e Esporte, na Diretoria da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

14. Qual é o número oficial de ativos e inativos na USP? Quanto da folha é destinado para os inativos?

Na folha de pagamento de maio/2014, havia 5.410 servidores aposentados (docentes e técnico-administrativos). Com base nos dados da tabela de Evolução das Receitas e Despesas da USP em 2014, disponível em www.usp.br/codage/?q=node/5, as despesas com os servidores aposentados representava aproximadamente 18% dos gastos com pessoal da USP.

15. A USP inclui seus dados financeiros e de gestão no SIAFEM? Se não, por quê?

Sim. Os dados financeiros, especialmente as receitas, são incluídos mensalmente de maneira sintética no SIAFEM.

16. Em que órgão a USP aprova os seus 'balanços contábeis'?

Os balanços contábeis da USP são examinados e aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

17. Cópia dos orçamentos e balanços contábeis dos últimos 5 anos?



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação
Gabinete do Secretário

Essas informações estão disponíveis no sítio www.usp.br/codage/?q=node/5.

18. Na proposta orçamentária para 2014 onde estão lançados os 'recursos próprios' e os 'vinculados federais'?

O orçamento da Universidade faz parte da Lei Orçamentária do Estado. Em 2014, estavam previstos recursos da ordem de R\$ 4,6 bilhões do Tesouro do Estado, R\$ 422 milhões de Receita Própria e R\$ 260 de recursos Vinculados Federais.

19. Segundo a COP o modelo de elaboração orçamentária e planejamento devem ser modificados, mas qual é esse modelo?

Por meio de Portaria do Reitor (Portaria GR nº 6552, de 26/05/2014), foi criado um Grupo de Trabalho encarregado de organizar e implantar uma Controladoria na USP, que deverá acompanhar, de forma independente, a execução orçamentária.

20. Os recursos próprios da USP através dos SUS, heranças, etc., onde estão discriminadas? E estes recursos internalizados USP pela tesouraria Central, de que maneira é regido este departamento, como é seu funcionamento?

Os recursos próprios da USP são lançados em um sistema próprio e estão discriminados nos livros razão e diário da contabilidade. Os recursos são recolhidos em contas bancárias centralizadas na Reitoria que são gerenciadas pela Tesouraria Central. A Tesouraria Central é uma divisão do Departamento de Finanças que é subordinado ao Coordenador de Administração Geral da Universidade.

21. Como é o funcionamento do Fundo Único de Promoção à Pesquisa, à Educação, à Cultura e à Extensão Universitária da USP (Fuppeceu). E onde há essa resolução 5456/08 que regula isto?

O funcionamento do Fuppeceu é regulado pela própria resolução que o institui, ou seja, a Resolução 5456/08. Todas as normas e resoluções da USP podem ser encontradas no sítio www.leginf.usp.br.

22. Onde está a discriminação pormenorizada dos recursos próprios, como sendo os aluguéis, os rendimentos financeiros, prestação de serviços à comunidade, fundos especiais (MZ e MP), transferências de convênios, heranças vacantes e reembolsos de devoluções do exercício anterior?

A discriminação pormenorizada das receitas e recolhimentos, a qualquer título, está nos livros razão e diário da contabilidade, inclusive os Fundos Especiais do MZ e do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação
Gabinete do Secretário

MP, que, entretanto, possuem contas bancárias que não são movimentadas pela Tesouraria Central por força das Leis que os constituíram.

23. 18,68% das despesas de Pessoal vai para os aposentados, mas o salário dos aposentados não sai de entidade previdenciária responsável?

Não. De acordo com a Lei Complementar 1010, de 2007, as despesas com os aposentados e pensionistas continua sendo de responsabilidade da Universidade. A São Paulo Previdência (SPPREV) apenas verifica e controla as operações de pagamento aos beneficiários.

24. Quais são os instrumentos de responsabilidade fiscal da USP a serem modificadas?

Eles deverão ser criados.

25. O Programa de Gestão Ambiental foi reduzida em 35%. Onde foi essa redução? Em quais itens e atividades? A EACH passando por esses problemas ambientais de vulto tendo sido interditado seu campus foi afetada por essa redução?

A principal atribuição do Programa de Gestão Ambiental é zelar pelas reservas ecológicas nos diversos *campi* da USP. A EACH não foi afetada por essa redução. Detalhes do orçamento podem ser obtidos no sítio www.usp.br/codage/?q=node/5.

26. Porque no orçamento não está previsto transporte para a EACH sendo que os alunos fora deslocados de seu campus original e, portanto gastarão mais para se locomover?

Os alunos que necessitam de auxílio são atendidos pela Superintendência de Assistência Social e por programas de permanência estudantil, cujos recursos foram mantidos.

27. Porque não foi divulgado a prestação de contas e o relatório de gestão?

Todas as contas da Universidade foram devidamente apresentadas aos órgãos responsáveis para análise. O relatório de gestão foi finalizado em janeiro/2014 e será disponibilizado para consulta *online* em breve.

28. Por que a Ata desta Sessão não foi divulgada no Site da USP?

As atas estão divulgadas no sítio da Secretaria Geral da Universidade (www.usp.br/secretaria). Não obstante, as atas precisam ser aprovadas pelos colegiados antes de sua divulgação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação
Gabinete do Secretário

Diante do exposto, encaminho o presente a Vossa Excelência, solicitando exame e deliberação.

A.G.S., 11 de junho de 2014

Assinatura manuscrita de Denise de Aguiar Vallim.

DENISE DE AGUIAR VALLIM
Assessora Técnica de Gabinete - AGS/SDECTI

SDCETI - AGS
Sra. Assessora Técnica

À vista dos esclarecimentos prestados pela USP, solicito transmiti-los, via SIALE, à Assessoria Técnico-Legislativa.

G.S., 11 de junho de 2014

Assinatura manuscrita de Nelson Baeta Neves Filho.

NELSON BAETA NEVES FILHO
Secretário-Adjunto
Respondendo pelo Expediente da
Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação